

Aprovado por unanimidade
na reunião da CACDLG de 08-03-2023,
na ausência do IL, PCP, PAN e L

Exmo. Senhor

Deputado Fernando Negrão

Dignm.^o Presidente da Comissão de Assuntos
Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

ASSUNTO: Requerimento para a audição da Comissão Independente para o Estudo de Abusos Sexuais contra Crianças na Igreja Católica, do Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, do Cardeal-Patriarca de Lisboa e da Sr.^a Ministra da Justiça

Exmo. Sr. Deputado,

Na sequência da apresentação do relatório da Comissão Independente para o Estudo de Abusos Sexuais contra Crianças na Igreja Católica (a Comissão), o abuso sexual de menores tomou de assalto o espaço mediático e expôs a crua realidade de cinquenta anos de abusos praticados por sacerdotes da Igreja Católica.

O Coordenador da Comissão, Pedro Strecht, revelou que foram validados 512 casos de 564 testemunhos recebidos, estimou um número mínimo de vítimas da ordem das 4815, repartidas por um período temporal que se estende de 1950 a 2022.

Parece-nos que a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias não pode deixar de ouvir os membros da Comissão – ou, pelo menos, o seu Coordenador – quanto à forma como desenvolveram o seu trabalho, quais as principais conclusões que do mesmo retiraram e que recomendações podem formular, para ponderação futura.

De igual modo, parece-nos importante que possamos dar à instituição que foi a principal visada neste mosaico de inquirições, a Igreja Católica, a oportunidade de aflorar o sentido de algumas afirmações da Conferência Episcopal Portuguesa, designadamente, quando referiu que a Igreja Católica não soube gerir as situações de forma firme e guiada pela proteção prioritária dos menores, ou quando anuncia que a tolerância zero para com os casos de abusos tem de ser uma realidade em toda a Igreja.

Por último, e tendo em conta declarações recentes da Ministra da Justiça, segundo as quais o Governo está a trabalhar numa solução legislativa sobre prazos de prescrição, solução essa que apenas será conhecida em meados do corrente ano, parece-nos importante ouvir também a Sr.ª Ministra da Justiça sobre esta matéria.

Pelo exposto, o signatário requer que a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias delibere:

- a) Convidar os membros da Comissão Independente para o Estudo de Abusos Sexuais contra Crianças na Igreja Católica para uma reunião com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sobre a produção do relatório e respetivas consequências;
- b) Convidar o Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, D. José Ornelas, e o Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente, para o mesmo fim, com o propósito de nos darem a perspetiva da Igreja Católica sobre a anunciada mudança de paradigma nesta matéria;
- c) Convocar a Sr.ª Ministra da Justiça para comparecer perante a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, a propósito da legislação em preparação sobre esta matéria.

Palácio de São Bento, 1 de março de 2023

O Deputado do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Pedro Pinto